



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Participantes: Alex Domingues de Castro Santos

José Roberto dos Santos

Rafael de Jesus Freitas

Reunião realizada 10 de junho de 2026, às 10 horas.

Às dez horas do 10 de junho de 2026, atendendo ao calendário das reuniões, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados, em atenção ao calendário de reuniões ordinárias preestabelecido. Dando início aos trabalhos, o Superintendente procedeu à leitura da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes.

- 1) Cenário Macroeconômico** - O mês de maio configurou-se como um período de acentuada volatilidade para as praças financeiras domésticas, num período em que é possível dizer que houve a interrupção da notável resiliência que vinha sendo exibida nos dois meses anteriores diante de um cenário global geopolítico significativamente mais adverso. Ao encerramento do período, o Ibovespa registrou fortíssima queda de 7,2%, severamente penalizado pela notável saída de fluxo estrangeiro e pelo conturbado noticiário local. A curva de juros nominal exibiu abertura em seus vértices intermediários e longos, movimento compatível com a dinâmica dos pares globais, também em meio a riscos domésticos inflacionários, incertezas fiscais e eleitorais, além de uma postura ainda cautelosa por parte do Banco Central. No câmbio, por sua vez, o real depreciou pouco abaixo de 2,0% diante do dólar norte-americano.

Na conjuntura global, apesar de o noticiário favorável em torno do setor de tecnologia muitas vezes ter amparado o sentimento dos investidores, para os mercados domésticos o conflito no Oriente Médio seguiu como o principal vetor de influência para os negócios. Durante boa parte do mês, investidores oscilaram entre a esperança de alguma solução diplomática para a reabertura do Estreito de Ormuz e a frustração diante da ausência de avanços concretos nas negociações. Em outras palavras, maio foi um mês marcado pela permanente tentativa dos agentes econômicos de precificar uma melhora iminente da cena geopolítica, ainda que os fatos conhecidos, em muitas ocasiões, tenham sido insuficientes para validar tal otimismo. O revezamento entre manchetes construtivas e notícias desencorajadoras manteve os preços do petróleo e as curvas de juros globais sujeitos à elevada volatilidade, trazendo ruídos adicionais para a avaliação da inflação e do crescimento mundial.

Nos EUA, a guerra no Oriente Médio continuou pesando sobre a popularidade do presidente Donald Trump e sobre a condução da política econômica. A visita de Trump à China, bastante aguardada pelos mercados, trouxe poucos avanços práticos para a questão iraniana, ao passo que abriu espaço para que Xi Jinping elevasse temas estratégicos chineses, em especial Taiwan, à condição de prioridade nas conversas bilaterais. Ao longo das semanas seguintes, porém, a percepção de que Estados Unidos e Irã poderiam estar se aproximando de algum acordo preliminar, ainda que frágil e sujeito a novos recuos, permitiu certa recomposição do apetite ao risco nos mercados globais. A queda dos preços do petróleo em alguns momentos do mês refletiu justamente a leitura de que uma solução diplomática, ainda que parcial, poderia ser alcançada. No campo da atividade, a segunda estimativa do PIB do primeiro trimestre foi revisada de 2,0% para 1,6%, em grande medida devido à menor contribuição do consumo das famílias. Finalmente, o mercado de trabalho continuou exibindo números mistos: o Payroll surpreendeu positivamente em termos de criação líquida de vagas, mas a desaceleração do rendimento médio por hora trabalhada seguiu corroborando a tese de que o Fed poderá, caso o ambiente geopolítico permita,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

promover algum corte de juros adiante – em especial e em nossa avaliação, na virada de 2026 para 2027. Dito de outra forma, a autoridade monetária norte-americana permaneceu diante de uma conjuntura desconfortável, na qual a inflação ainda inspira cautela, enquanto a atividade começa a oferecer sinais mais claros de arrefecimento, notadamente no que tange aos consumidores de mais baixa renda.

A China, por sua vez, voltou a ocupar papel relevante no balanço de riscos globais. Depois de uma sequência de surpresas benignas no primeiro trimestre, os indicadores de atividade econômica de abril decepcionaram de modo disseminado. Produção industrial, vendas no varejo e investimentos fixos apresentaram desaceleração relevante, em alguns casos para patamares substancialmente inferiores às expectativas. Em parte, tal piora pode ser compreendida como uma devolução dos resultados mais fortes conhecidos anteriormente. Todavia, o desempenho fraco da atividade, acompanhado de menor impulso dos gastos públicos, reacendeu dúvidas sobre a capacidade de sustentação do crescimento chinês em meio a um ambiente externo ainda bastante instável.

No Brasil, o mês trouxe vasta agenda de indicadores e relevante deterioração do noticiário político e eleitoral. No campo inflacionário, o IPCA de abril subiu 0,67% na comparação mensal, trazendo composição qualitativa desconfortável. Núcleos e serviços subjacentes continuaram pressionados, refletindo, em grande parte, os impactos do choque geopolítico sobre preços e custos. O IPCA-15 de maio reforçou essa mensagem ao subir 0,62%, acima da mediana das expectativas de mercado. Embora tenha havido alguma desaceleração frente à leitura imediatamente anterior, a maioria das medidas subjacentes seguiu distante de níveis compatíveis com o cumprimento da meta de inflação. Diante disso, revisamos ligeiramente nossa projeção de IPCA para 2026, de 4,7% para 4,8%, mantendo viés altista em função dos riscos de segunda ordem associados à guerra no Oriente Médio e de eventuais impactos climáticos ao término do ano.

Nesse contexto, o Copom continuou diante de um quadro de enorme complexidade. De um lado, a política monetária contracionista parece cada vez mais atuar sobre a atividade econômica, em especial nos setores mais sensíveis às condições financeiras. De outro lado, a inflação corrente e as expectativas inflacionárias permanecem pressionadas, agora mais claramente influenciadas pelos efeitos da guerra no Oriente Médio e do ativismo do governo em ano eleitoral. A ata do Copom deixou claro o desconforto do colegiado com a deterioração do cenário inflacionário, sobretudo nos horizontes mais longos. Ainda assim, nosso entendimento é de que a autoridade monetária deverá manter a estratégia de redução parcimoniosa da taxa Selic, em ritmo de 25 pontos-base, enquanto aguarda maior clareza sobre a guerra e seus impactos na inflação doméstica.

(Fonte: Carta Mensal, Somma Asset Management, Maio/2026)

2) Evolução da execução Orçamentária do RPPS

Conforme quadro, as arrecadações de contribuições no mês foram maiores que as despesas projetadas, podendo o saldo positivo ser aplicado para constituição de reserva futura. A despesa será menor devido a concessão de benefícios estar abaixo do projetado no cálculo atuarial, mesmo com direito ao benefício previdenciário, a concessão é condicionada ao pedido do servidor, exceto aos que completarem 75 anos que serão aposentados compulsoriamente.

2
mar
JUN



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

	NO MÊS	NO ANO	RECEITA PREVISTA PARA 2026	RECEITA ATUALIZADA
RECEITAS	10.211.345,17	41.179.203,09	93.688.000,00	93.688.000,00
	NO MÊS	NO ANO	DOTAÇÃO	SALDO 2026
DESPESAS	2.276.453,62	11.036.168,60	93.688.000,00	82.651.831,40
	NO MÊS	NO ANO		
SALDO	7.934.891,55	30.143.034,49		

3) Fluxo de Caixa e Investimentos

Após análise da carteira, do fechamento contábil e conciliação bancária, o Comitê de Investimentos usando das prerrogativas previstas no inciso VI, art. 6º do Regimento Interno, bem como dando continuidade a estratégia de cautela na exposição da carteira, adotada para este ano, deliberou por unanimidade a aplicação de R\$ 28.373.157,15 (Vinte e oito milhões, trezentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quinze centavos) e resgates no importe de R\$ 23.718.371,75 (Vinte e três milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), conforme discriminação abaixo:

Nº APR	SEGREGAÇÃO	CNPJ	FUNDO	CC	DATA	TIPO	OPERAÇÃO	VALOR
153/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	04/05/2026	2	Resgate	R\$ 15,70
154/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	04/05/2026	2	Resgate	R\$ 10.893,79
155/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	04/05/2026	1	Aplicação	R\$ 918.823,18
156/2026	PREVIDENCIÁRIO	10.740.670/0001-06	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	575270279-4	04/05/2026	2	Resgate	R\$ 1.000.000,00
157/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	05/05/2026	2	Resgate	R\$ 256,59
158/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	05/05/2026	1	Aplicação	R\$ 419,91
159/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	06/05/2026	2	Resgate	R\$ 22.136,14
160/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	06/05/2026	2	Resgate	R\$ 53.778,93
161/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	07/05/2026	2	Resgate	R\$ 641,52
162/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	07/05/2026	2	Resgate	R\$ 34.863,72
163/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	07/05/2026	2	Resgate	R\$ 279.223,71
164/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	08/05/2026	1	Aplicação	R\$ 113.622,66
165/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	11/05/2026	2	Resgate	R\$ 112,11
166/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	11/05/2026	2	Resgate	R\$ 2.197,73
167/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	11/05/2026	1	Aplicação	R\$ 509,53
168/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	12/05/2026	1	Aplicação	R\$ 294,98
169/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	12/05/2026	2	Resgate	R\$ 400,00
170/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	13/05/2026	2	Resgate	R\$ 843,50
171/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	14/05/2026	2	Resgate	R\$ 768,22
172/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	15/05/2026	2	Resgate	R\$ 196,50
173/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	15/05/2026	2	Resgate	R\$ 29.945,69
174/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	15/05/2026	1	Aplicação	R\$ 6.334.391,03
175/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	18/05/2026	2	Resgate	R\$ 85,80
176/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	18/05/2026	2	Resgate	R\$ 6.997,53
177/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	18/05/2026	2	Resgate	R\$ 5.921.035,30
178/2026	PREVIDENCIÁRIO	23.215.097/0001-55	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	575270279-4	18/05/2026	1	Aplicação	R\$ 5.000.000,00
179/2026	PREVIDENCIÁRIO	45.163.710/0001-70	CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	575270279-4	18/05/2026	1	Aplicação	R\$ 3.000.000,00
180/2026	PREVIDENCIÁRIO	11.061.217/0001-28	CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF	575270279-4	18/05/2026	1	Aplicação	R\$ 5.000.000,00
181/2026	PREVIDENCIÁRIO	11.060.913/0001-10	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	575270279-4	18/05/2026	1	Aplicação	R\$ 5.000.000,00
182/2026	PREVIDENCIÁRIO	10.740.670/0001-06	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	575270279-4	18/05/2026	1	Aplicação	R\$ 2.000.000,00
183/2026	PREVIDENCIÁRIO		LF SANTANDER IPCA	45000252-0	18/05/2026	2	Resgate	R\$ 13.565.284,28
184/2026	PREVIDENCIÁRIO	45.443.514/0001-50	CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	575270279-4	18/05/2026	3	Amortização	R\$ 341.525,75
185/2026	PREVIDENCIÁRIO	45.443.514/0001-50	CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	575270279-4	18/05/2026	3	Amortização	R\$ 171.463,24
186/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	19/05/2026	2	Resgate	R\$ 3.218,00
187/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	20/05/2026	2	Resgate	R\$ 396,21
188/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	20/05/2026	2	Resgate	R\$ 815,00
189/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	21/05/2026	2	Resgate	R\$ 27,81
190/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	22/05/2026	2	Resgate	R\$ 181,71
191/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	22/05/2026	2	Resgate	R\$ 2.830,35
192/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	25/05/2026	2	Resgate	R\$ 3.265,41
193/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	26/05/2026	1	Aplicação	R\$ 1.004.815,86
194/2026	PREVIDENCIÁRIO	10.740.670/0001-06	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	575270279-4	26/05/2026	2	Resgate	R\$ 1.000.000,00
195/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	27/05/2026	2	Resgate	R\$ 1.566.226,56
196/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	28/05/2026	2	Resgate	R\$ 233,00
197/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	28/05/2026	1	Aplicação	R\$ 280,00
198/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	42.592.315/0001-15	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	125985-7	29/05/2026	2	Resgate	R\$ 252,46
199/2026	TAXA ADMINISTRATIVA	13.077.415/0001-05	BB FLUXO FIC RF PREVID	65623-2	29/05/2026	2	Resgate	R\$ 107.653,40
200/2026	PREVIDENCIÁRIO	14.508.643/0001-55	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	575270279-4	29/05/2026	2	Resgate	R\$ 103.595,08



4) DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

APLICAÇÕES

CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF R\$ 5.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF R\$ 2.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP R\$ 3.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF R\$ 5.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF R\$ 5.000.000,00

Por unanimidade decidimos pela aplicação - Aplicação realizada no fundo, por apresentar uma boa performance para o atual Cenário Econômico e, para adequação a busca do cumprimento da meta atuarial. Os recursos da aplicação serão resgatados do fundo CAIXA BR DISPONIBILIDADES

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF

Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

RESGATES

CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF

Fundo de investimentos de resgate e aplicação automático vinculado a conta movimento do RPPS.

CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF R\$ 2.000.000,00

Resgate para diversificação da carteira e pagamento de benefícios

LF SANTANDER IPCA

Vencimento da estratégia de investimentos. Os recursos do resgate ficarão aplicados no fundo CX BR DISPONIBILIDADES para futura diversificação.

CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF

Pagamento de cupons semestrais de fundo vértice final impar. Os recursos do resgate ficarão aplicados no fundo CX BR DISPONIBILIDADES para futura diversificação.

BB FLUXO FIC FI PREVID



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

BB AUMATICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO

Utilização dos recursos da taxa administrativa.

Repasse das contribuições dos entes - Estima-se o recebimento de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) que serão utilizados aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos reais) para pagamento de benefícios e custeio do RPPS. O Saldo restante ficará aplicado no fundo CX BR DISPONIBILIDADE para futura diversificação da carteira.

5). Outras análises

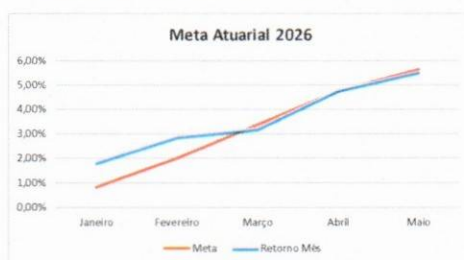
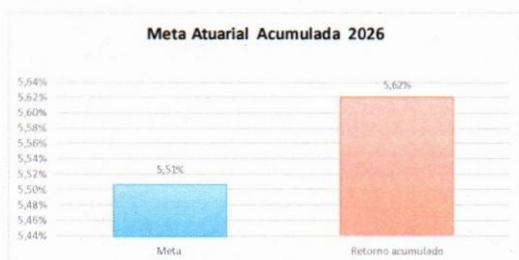
A carteira do RPPS está em processo de readequação da carteira a nova resolução Nº 5272/2025 que regulamenta os investimentos dos RPPS.

Conforme levantamento realizado a carteira do RPPS possui no fechamento do mês 69,87% de liquidez em até 30 dias, permitindo a manutenção do portfólio em casos de mudanças no cenário econômico;

Não há desenquadramento ativo ou ativos em liquidação na carteira do RPPS;

No fechamento do mês, a carteira de investimentos encontra-se com rentabilidade **ABAIXO** da meta atuarial acumulada projetada.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno no Mês	Retorno Mês	Meta	Retorno acumulado	Retorno acum.	Meta acum.	Gap (%)
Janeiro	524.232.239,07	25.119.182,76	16.025.392,97	542.974.346,11	9.640.621,14	2,81%	0,79%	9.640.621,14	1,81%	0,79%	229,11%
Fevereiro	542.974.346,11	7.000.000,00	2.922.126,04	552.599.496,83	5.547.881,77	1,06%	1,16%	15.188.502,91	2,88%	1,97%	146,19%
Março	552.599.496,83	9.980.855,70	5.882.042,86	558.117.180,49	1.714.470,83	0,30%	1,34%	16.902.973,74	3,20%	3,35%	95,52%
Abril	558.117.180,49	11.350.691,59	7.239.219,20	570.716.965,44	8.488.312,56	1,52%	1,14%	25.391.286,30	4,76%	4,72%	100,85%
Maio	570.716.965,44	28.373.157,15	23.718.371,75	578.961.125,01	4.102.363,16	0,72%	1,05%	29.493.649,46	5,51%	5,62%	98,04%



Retorno obtido no mês	0,72%
Meta atuarial do mês	1,05%
Retorno da carteira em 2026	5,51%
Meta atuarial acumulada de 2026	5,62%

RECURSOS PREVIDENCIARIOS	565.124.753,72
RECURSOS TAXA ADMINISTRATIVA	13.836.371,29
TOTAL DE RECURSOS ITAPREV	578.961.125,01

GESTOR	Produto / Fundo	RESOLUÇÃO Nº5272/2025	SEGMENTO	PRÓ GESTÃO	Retorno 2026	Meta 2026	Segmento
TAÚ	ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NÍVEL II	13,90%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO
CAIXA	CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NÍVEL II	13,82%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO
RIOBRUNO	RIO BRUNO PROT. PORTFÓLIO FI MULTIMERCADO - RESPONS. LIMITADA	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NÍVEL II	8,28%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO
bradesco	BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NÍVEL II	7,83%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO
3B	BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NÍVEL I	7,15%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO
CAIXA	CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NÍVEL I	6,74%	5,62%	PREVIDENCIÁRIO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

3RADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,33%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,34%	5,62%	PREVIDENCIARIO
TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 8,31%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,28%	5,62%	PREVIDENCIARIO
TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 8,21%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,24%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 8,28%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,21%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	6,14%	5,62%	PREVIDENCIARIO
TAÚ	ITAU LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,95%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,14%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	6,12%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3RADESCO	BRADESCO LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,75%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,09%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,52%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,01%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2030 IPCA + 7,50%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	6,00%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,99%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO VÉRTICE 2028	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,99%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2026 IPCA + 7,23%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	5,93%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2027 IPCA + 7,08%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	5,88%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,85%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SOMMA	SOMMA TORINO FI RF CP LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENTA FIXA	NIVEL III	5,84%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CLARITAS	CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	Artigo 7º, Inciso VII	RENTA FIXA	NIVEL III	5,82%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso VII	RENTA FIXA	NIVEL III	5,79%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 7,10%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	5,78%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SICREDI	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,73%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	5,70%	5,62%	TX. ADMINISTRATIVA
3B	BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	5,70%	5,62%	PREVIDENCIARIO
DAYCOVAL	DAYCOVAL CLASSIC FI RF CRÉDITO PRIVADO	Artigo 7º, Inciso VII	RENTA FIXA	NIVEL III	5,68%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NIVEL II	5,57%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2029 IPCA + 6,30%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	5,52%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CATU	ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NIVEL II	5,50%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	5,39%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,26%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB IMA-B TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,07%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,05%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB FLUXO FIC RF PREVID	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	5,05%	5,62%	TX. ADMINISTRATIVA
CAIXA	CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENTA FIXA	NIVEL I	5,04%	5,62%	PREVIDENCIARIO
SANTANDER	SANTANDER LETRA FINANCEIRA 2028 IPCA + 6,29%	Artigo 7º, Inciso VI	RENTA FIXA	NIVEL II	5,00%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	Artigo 10º, Inciso I	RENTA VARIÁVEL	NIVEL II	4,94%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	4,61%	5,62%	PREVIDENCIARIO
TAÚ	ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO RF LP FICIC RL	Artigo 7º, Inciso V	RENTA FIXA	NIVEL II	4,58%	5,62%	PREVIDENCIARIO
3B	BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	Artigo 8º, Inciso III	RENTA VARIÁVEL	NIVEL III	4,25%	5,62%	PREVIDENCIARIO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

3B	BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	4,24%	5,62%	TX. ADMINISTRATIVA
SANTANDER	SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	4,18%	5,62%	PREVIDENCIARIO
FINACAP	FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	4,08%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	4,04%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso III	RENDA VARIÁVEL	NIVEL III	3,87%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A RF LP	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	3,68%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	Artigo 7º, Inciso I	RENDA FIXA	NIVEL I	3,05%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CAIXA	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO FIC MULTIMERCADO	Artigo 10º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	2,94%	5,62%	PREVIDENCIARIO
CONSTANCIA	CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	0,97%	5,62%	PREVIDENCIARIO
QUELUZ	QLZ MOS FIA	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	0,43%	5,62%	PREVIDENCIARIO
4UM	4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	-0,14%	5,62%	PREVIDENCIARIO
AZQUEST	AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Artigo 8º, Inciso I	RENDA VARIÁVEL	NIVEL II	-1,80%	5,62%	PREVIDENCIARIO
ZION	BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII	Artigo 11	RENDA VARIÁVEL	NIVEL III	-38,70%	5,62%	PREVIDENCIARIO

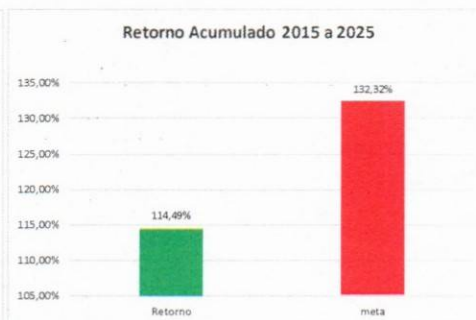
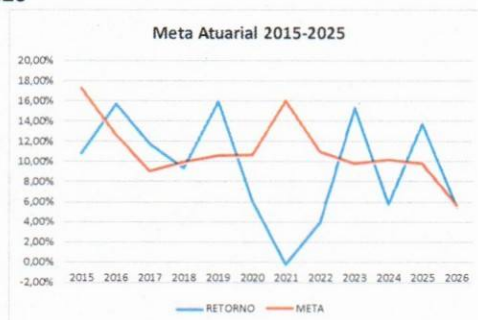
29	Fundos acima da meta atuarial no ano
24	Fundos abaixo da meta atuarial no ano
3	Fundos com rendimento Negativo no ano
56	Total Fundos investidos

51,79%	Fundos da carteira acima da meta atuarial no ano
42,86%	Fundos da carteira abaixo da meta atuarial no ano
5,36%	Fundos da carteira com rendimento negativo no ano

Retorno acumulado 2015 a 2026

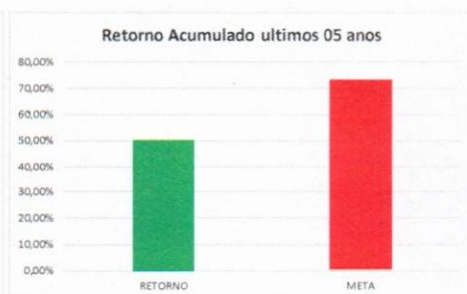
	RETORNO	META	
2015	10,91%	17,26%	ABAIXO
2016	15,83%	12,64%	ACIMA
2017	11,82%	9,04%	ACIMA
2018	9,41%	9,92%	ABAIXO
2019	16,05%	10,59%	ACIMA
2020	6,05%	10,63%	ABAIXO
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	5,51%	5,62%	ABAIXO

Retorno	meta
114,49%	132,32%



	RETORNO	META	
2021	-0,18%	16,01%	ABAIXO
2022	4,02%	10,93%	ABAIXO
2023	15,40%	9,75%	ACIMA
2024	5,82%	10,16%	ABAIXO
2025	13,85%	9,77%	ACIMA
2026	5,51%	5,62%	ABAIXO

Retorno	meta
50,47%	72,87%



**6) Credenciamento****Distribuidores**

Não ocorreram novos credenciamentos/Renovação

Gestores

Não ocorreram novos credenciamentos/Renovação

Administradores

Não ocorreram novos credenciamentos/Renovação

7) ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS QUE APRESENTAM COTA NEGATIVA

Conforme discutido em reuniões anteriores e com base na análise contínua da carteira e nos relatórios emitidos pela consultoria de investimentos, identificamos fundos que, no presente exercício, mantêm cotas negativas. Além disso, foram observados fundos que, apesar de apresentarem desempenho satisfatório no período atual, tiveram, em exercícios passados, fatores que justificam um acompanhamento diferenciado.

Os membros do Comitê de Investimentos, cientes da volatilidade inerente ao cenário econômico e do impacto direto que tal volatilidade exerce sobre os ativos de renda variável, deliberaram pela manutenção do monitoramento rigoroso desses fundos. O objetivo é avaliar continuamente a evolução desses investimentos e estar preparados para implementar estratégias de saída ou redução de posição, caso a situação não apresente sinais de recuperação substancial no curto a médio prazo.

QUELUZ VALOR FIA/QLZ MOS FI AÇÕES

O MOS INSTITUCIONAL FIA registrou rentabilidade de -5,03% no último mês, enquanto o Índice Bovespa recuou -7,22% e o índice Small Caps -3,66%. No acumulado do ano, o fundo apresenta retorno de +0,43%, ante +7,86% do Ibovespa e -1,34% do Small Caps. As principais contribuições negativas vieram de Panvel (-1,0%), Rumo (-0,8%) e Ultra (-0,8%). As estruturas de hedges contribuíram positivamente, com +1,1%. A temporada de resultados do primeiro trimestre de 2026 reforçou a boa evolução operacional de algumas das companhias investidas pelo fundo. O gestor segue com uma alocação orientada pela assimetria entre risco e retorno, privilegiando empresas com disciplina na alocação de capital, geração de caixa consistente e caminhos mais claros de retorno ao acionista. Em relação ao portfólio, o gestor mantém uma exposição a ações em 94%, com 42% do capital concentrado nas cinco maiores posições. Simultaneamente, o gestor do fundo tem preservado as estruturas de hedge, que se mostram fundamentais para proteger o portfólio e mitigar impactos diante da alta incerteza geopolítica.

QUELUZ VALOR FIA / QLZ MOS FIA			
SALDO APLICADO			
jun/21	R\$ 2.000.000,00	RETORNO R\$	RETORNO %
dez/21	R\$ 1.473.368,06	-R\$ 526.631,94	-26,32%
dez/22	R\$ 1.067.511,75	-R\$ 405.856,31	-46,62%
dez/23	R\$ 1.459.262,88	R\$ 391.751,13	-27,04%
dez/24	R\$ 1.202.465,84	-R\$ 256.797,04	-39,88%
dez/25	R\$ 1.491.509,16	R\$ 32.246,28	-25,42%
mai/26	R\$ 1.497.901,22	R\$ 295.435,38	-25,10%
RESULTADO DA APLICAÇÃO		-R\$ 469.852,50	-25,10%



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

EVENTO FELIPE TAYLOR

	DATA	VALOR DA COTA	QTD DE COTAS	VALOR R\$	
Aplicação Inicial	09/06/2021	3,2946517	607044,44114680	2.000.000,00	
dia anterior	13/10/2022	2,6806633	607044,44114680	1.627.281,75	A RECUPERAR
fechamento do dia	14/10/2022	1,8772186	607044,44114680	1.139.555,12	- 487.726,64
cota atual	31/05/2026	167,0546324	8966,53504580	1.497.901,22	- 129.380,54 358.346,10

Ainda há um saldo a recuperar do ocorrido em outubro/2022, apesar dos esforços da nova equipe de gestão do fundo, a volatilidade do cenário econômico da renda variável brasileira ainda impede um retorno positivo de toda a indústria de fundos do mercado.

BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII

Para maio de 2026, o CARE11 continuou sem apresentar uma recuperação operacional relevante. O relatório gerencial divulgado em 19/05/2026 e os comunicados do período mostram que o foco permaneceu na reorganização do fundo e na tentativa de recuperar valor para os cotistas, sem eventos que alterassem substancialmente a situação financeira.

Os principais acontecimentos foram:

1. Divulgação do Relatório Gerencial (19/05/2026)

A gestão reiterou que continua trabalhando na reestruturação do fundo e na implementação das medidas aprovadas pelos cotistas.

Não houve anúncio de novas aquisições relevantes ou alienações de ativos capazes de alterar significativamente o patrimônio do fundo.

2. Permanência da ausência de distribuição de rendimentos

O CARE11 permaneceu sem distribuir rendimentos aos cotistas durante maio de 2026.

O último rendimento distribuído continua sendo o de setembro de 2021, evidenciando que o fundo ainda não voltou a gerar fluxo recorrente de caixa para distribuição.

3. Forte desconto em relação ao patrimônio

O mercado continuou precificando o fundo com um dos maiores descontos entre os FIIs.

O indicador P/VP permaneceu próximo de 0,09, demonstrando que as cotas continuavam sendo negociadas por aproximadamente 9% do valor patrimonial divulgado.

4. Baixa liquidez das cotas

O volume negociado permaneceu reduzido.

Durante maio foram registradas aproximadamente 1.946 negociações, movimentando cerca de R\$ 523 mil, volume considerado baixo para um fundo listado.

5. Continuidade das medidas de reestruturação

Permaneceram em andamento as iniciativas aprovadas anteriormente pelos cotistas, como: reorganização da estrutura administrativa;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

implementação das medidas de recuperação do fundo;
busca por alternativas para valorização dos ativos e destravamento de valor.

O Comitê registrou que o CARE11 permanece sob acompanhamento especial, mantendo-se a diretriz de não realizar novos aportes e de conduzir o tema com foco em solução jurídico-regulatória. No período, foi formalizada a contratação de assessoria jurídica especializada em mercado de capitais junto ao escritório Hirtácides Advogados Associados (Contrato nº 02/2026 – Inexigibilidade nº 08/2026), com escopo voltado ao caso CARE11, abrangendo diagnóstico jurídico-regulatório, apuração de deveres fiduciários, elaboração de relatórios, atuação perante CVM/TCE-SP/SPPRE/MP, suporte em assembleias, treinamento do Comitê e emissão de parecer jurídico conclusivo, nos termos contratados.

Em decorrência dessa contratação, o Comitê consignou que já foram iniciadas diligências orientadas pelo escritório, incluindo a elaboração, em conjunto com a assessoria, de minuta de consulta técnica a ser amadurecida internamente antes de qualquer protocolo, com vistas a obter direcionamento regulatório sobre o enquadramento do veículo (FII vs. FIP) e alternativas para adequação do fundo ao perfil de cotistas RPPS e endereçamento de medidas de governança, preservando os interesses do ITAPREV e a adequada prestação de contas.

Com a vigência da resolução Nº5272/2025, os RPPS possuem um período de 2 anos para adequação da carteira finaliza em janeiro/2028. Visando uma solução ao CARE11, os RPPS cotistas estão se organizando para em conjunto solicitar assembleia visando a liquidação do fundo. O RPPS de Cascavel está colhendo assinaturas dos interessados para compor o mínimo de 5% de cotas do fundo para envio da solicitação a administradora do fundo MERITO. Em parecer solicitado ao escritório de advocacia e consultoria de investimentos, ambos foram favoráveis ao solicitados pelos RPPS. O RPPS de Itapeçerica da Serra aderiu a manifestação do RPPS de Cascavel e aguarda a convocação para voto

Saldo aplicado	Qtd de Cotas	Saldo fechamento Maio/2026	
2.088.401,95	46.668,0000000	Cota de Mercado	Cota Patrimonial
		3,31	34,525848
		R\$ 154.471,08	R\$ 34,53
Rentabilidade em R\$		-R\$ 1.933.930,87	-R\$ 2.088.367,42

DIVIDENDOS	
2018	41.772,93
2019	
2020	19.274,21
2021	11.414,37
2022	
2023	
2024	
2025	
2026	





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

MÊS	VALOR DA APLICAÇÃO
JUL/2018	1.999.999,75
NOV/2018	2.088.401,95
DEZ/2018	2.006.732,60
DEZ/2019	1.505.049,45
DEZ/2020	816.693,50
DEZ/2021	646.354,57
DEZ/2022	658.021,62
DEZ/2023	319.677,17
DEZ/2024	324.343,99
DEZ/2025	252.008,28
Maio/2026	154.471,08





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SEI
ESTADO DE SÃO PAULO

8) Análise de risco da Carteira

Fundo	Benchmark	Rent. Mês (%)	Rent. 12m (%)	VaR Mês (%)	VaR Ano (%)	Vol. Mês (%)	Vol. 12m (%)	Treynor Mês	Treynor 12m
CARTEIRA	=meta	0,715741783	13,76642061	1,36436533	4,726300142	0,740903044	2,382703383	0,321211246	0,0
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID...	IMA-B 5	0,95%	12,14%	0,01%	0,03%	0,50%	1,74%	-2,05	-48
BB IMA-B TP FI RF	IMA-B	0,29%	10,95%	0,02%	0,07%	1,21%	4,21%	-5,07	-30
BB IDKA 2 TP FI RF...	IDKA IPCA 2A	0,96%	12,39%	0,01%	0,03%	0,47%	1,62%	-1,68	-48
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC...	IMA Geral ex-C	1,08%	14,51%	0,00%	0,01%	0,10%	0,34%	0,29	-34
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA...	IPCA	0,92%	11,78%	0,01%	0,03%	0,61%	2,11%	-2,07	-46
BB PREVIDENCIÁRIO RF...	IPCA	1,10%	13,98%	0,00%	0,01%	0,22%	0,76%	-2,80	-23
BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO...	CDI	0,83%	10,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	-7.547,01	-56
CAIXA BRASIL IMA GERAL TP FI...	IMA Geral	0,72%	13,07%	0,01%	0,03%	0,50%	1,75%	-3,39	-21
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI...	IMA-B 5	0,66%	11,82%	0,01%	0,03%	0,51%	1,75%	-2,17	-48
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	IMA Geral ex-C	0,82%	12,32%	0,01%	0,05%	0,83%	2,89%	-1,60	-16
CAIXA FIC BRASIL IDKA PRE 2A...	IDKA PRÉ 2A	0,77%	12,31%	0,01%	0,05%	0,91%	3,14%	-1,63	-18
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES...	CDI	0,35%	6,68%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	-673,31	-13
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI...	IRF-M 1	1,03%	13,54%	0,00%	0,01%	0,09%	0,33%	-1,10	-54
CAIXA BRASIL 2027 TP FI RF	IPCA	1,31%	13,19%	0,02%	0,07%	1,23%	4,25%	300,01	-27
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS...	IPCA	0,64%	10,19%	0,03%	0,09%	1,65%	5,71%	-2,97	-99
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA...	CDI	1,08%	14,10%	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%	59,61	605
SANTANDER FI IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA...	IRF-M	0,63%	4,72%	0,02%	0,06%	0,98%	3,39%	-2,04	-12
BB PERFIL FIC RF REF DI...	CDI	1,10%	14,84%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	187,09	1.0
BB FLUXO FIC RF PREVID	CDI	1,00%	13,42%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-3.665,21	9.0
CAIXA BRASIL FI RF REF DI...	CDI	1,11%	14,38%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	48,59	-64
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA...	CDI	0,93%	11,73%	0,01%	0,03%	0,50%	1,73%	-2,02	-44
ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO...	CDI	0,89%	10,00%	0,01%	0,02%	0,39%	1,34%	-3,47	-13
CLARITAS FI RF CRÉDITO PRIVADO LP	CDI	1,36%	14,88%	0,00%	0,01%	0,11%	0,38%	85,58	-14

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SEI
ESTADO DE SÃO PAULO

SOMMA TORINO FI RF CP LP	CDI	1,34%	14,95%	0,00%	0,00%	0,09%	0,30%	-78,47	3,5
DAYCOVAL CLASSIC FI RF CRÉDITO PRIVADO	CDI	1,22%	14,89%	0,00%	0,00%	0,03%	0,11%	412,86	1,9
DAYCOVAL CLASSIC TÍTULOS BANCÁRIOS FIF RENDA...	CDI	1,10%	15,08%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-32,63	-1,0
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	SMLL	-3,45%	7,95%	0,09%	0,31%	5,47%	18,94%	-3,41	-7,2
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	IDIV	-8,16%	15,74%	0,08%	0,26%	4,63%	16,04%	-8,54	17,2
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC...	SMLL	-6,34%	9,88%	0,11%	0,37%	6,55%	22,70%	-5,25	-3,2
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	IBOVESPA	-6,79%	9,89%	0,08%	0,29%	5,05%	17,50%	-6,76	-4,2
SANTANDER DIVIDENDOS FIC AÇÕES	IDIV	-7,33%	17,14%	0,07%	0,26%	4,51%	15,62%	-7,88	7,1
QLZ MOS FIA	IBOVESPA	-5,03%	6,42%	0,08%	0,27%	4,69%	16,24%	-6,25	-10
ITAÚ ACOES S&P500 BRL RESP LTDA	S&P 500	5,80%	16,08%	0,06%	0,19%	3,37%	11,69%	11,66	80,2
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	IBOVESPA	-7,39%	21,59%	0,08%	0,28%	4,90%	16,97%	-8,13	7,1
BB AÇÕES GLOBAIS FIC AÇÕES BDR...	GLOBAL BDRX	9,04%	18,22%	0,06%	0,22%	3,84%	13,31%	-140,52	-85
CAIXA INSTITUCIONAL BDR...	GLOBAL BDRX	8,92%	22,92%	0,06%	0,22%	3,89%	13,49%	-82,14	-16
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO FIC...	IBOVESPA	1,93%	6,15%	0,02%	0,08%	1,34%	4,65%	23,84	-62
CAIXA BOLSA AMERICANA...	S&P 500	5,81%	39,94%	0,06%	0,19%	3,38%	11,70%	11,66	79,2
RIO BRAVO PROTEÇÃO...	IPCA	-1,74%	18,27%	0,04%	0,14%	2,47%	8,55%	-4,94	9,2
ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM...	IBOVESPA	-1,14%	15,40%	0,04%	0,13%	2,24%	7,76%	-5,30	1,5
CAIXA JUROS E...	CDI	0,98%	13,38%	0,01%	0,02%	0,43%	1,48%	-2,45	-24
BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES...	IFIX	-20,43%	-46,18%	0,01%	0,02%	0,33%	1,15%	-	-

124
1/500
Alm



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

9) Assuntos Gerais:

O mês de maio de 2026 foi marcado pela continuidade do ambiente favorável para os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com destaque para o bom desempenho da renda fixa, valorização da bolsa brasileira e manutenção das expectativas de início do ciclo de redução da taxa Selic ainda em 2026. Apesar da persistência de incertezas no cenário internacional, o mercado doméstico apresentou evolução positiva, refletindo melhora das expectativas econômicas e fluxo de capital para ativos brasileiros.

Na renda fixa, os títulos públicos continuaram apresentando desempenho consistente. Os ativos pós-fixados permaneceram beneficiados pela manutenção da taxa Selic em aproximadamente 15% ao ano, garantindo elevada rentabilidade para aplicações indexadas ao CDI. Os títulos prefixados e os indexados à inflação também registraram valorização em diversos vencimentos, impulsionados pela redução das taxas futuras de juros e pelo fortalecimento da expectativa de flexibilização da política monetária. Para os RPPS, a renda fixa permaneceu como o principal vetor de rentabilidade das carteiras, especialmente para os regimes com maior exposição a títulos públicos federais.

Na renda variável, o mercado acionário brasileiro apresentou mais um mês de valorização. O Ibovespa manteve trajetória positiva, sustentado pela continuidade do ingresso de investidores estrangeiros, melhora das perspectivas para a economia brasileira e expectativa de redução gradual dos juros. Os setores financeiro, infraestrutura, energia e consumo apresentaram desempenho favorável, contribuindo para a valorização dos fundos de ações e dos fundos multimercados com exposição ao mercado acionário. As carteiras dos RPPS que mantiveram alocação estratégica em renda variável foram beneficiadas por esse movimento.

Em relação à inflação, os indicadores continuaram demonstrando desaceleração gradual, reforçando a percepção de que o processo desinflacionário seguia em curso. As expectativas de inflação para 2026 permaneceram próximas ao centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, fortalecendo as projeções de início da redução da taxa Selic nos meses seguintes. Esse ambiente continuou favorecendo os títulos públicos prefixados e indexados à inflação.

No campo da política monetária, o Banco Central manteve postura cautelosa, reiterando que futuras decisões dependeriam da evolução da inflação, das expectativas dos agentes econômicos e do cenário fiscal. Ainda assim, o mercado consolidou a expectativa de início do ciclo de redução dos juros durante o segundo semestre de 2026, refletida na diminuição gradual das taxas negociadas no mercado futuro.

No cenário internacional, permaneceram fatores de atenção relacionados às tensões geopolíticas, ao desempenho da economia chinesa e às decisões de política monetária das principais economias desenvolvidas. Apesar disso, os mercados globais apresentaram comportamento relativamente estável, favorecendo o fluxo de investimentos para países emergentes, inclusive o Brasil.

De forma consolidada, maio de 2026 representou mais um mês positivo para os RPPS. A combinação entre juros elevados, inflação em trajetória de desaceleração, valorização da renda variável e estabilidade cambial proporcionou resultados favoráveis para carteiras diversificadas. O cenário reforçou a importância da manutenção da diversificação dos investimentos, da gestão ativa dos riscos e do acompanhamento contínuo das expectativas econômicas, sempre em consonância com a Política de Investimentos e com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Títulos Públicos

O Comitê de Investimentos vem discutindo e estruturando a operacionalização da compra direta de “títulos puros”, em especial NTN-Bs e demais títulos públicos federais compatíveis com o passivo atuarial do instituto, observando as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021 e as alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

A busca pela aquisição direta de títulos públicos federais, que já vinha sendo programada pelo Comitê de Investimentos, tornou-se ainda mais necessária diante do novo ambiente regulatório e macroeconômico. Enquanto os títulos públicos permanecem sendo negociados acima da meta atuarial do RPPS, o atual momento é considerado estratégico para travamento de taxas reais elevadas de longo prazo.

O Comitê entende que os investimentos realizados neste momento reduzem significativamente o risco de reinvestimento futuro, especialmente considerando as projeções de queda da taxa SELIC nos próximos ciclos econômicos. Caso o cenário de redução estrutural dos juros se confirme e não ocorram alterações futuras na regulamentação permitindo maior diversificação de ativos aos RPPS, existe o risco de que os recursos atualmente investidos em aplicações de curto prazo sejam reinvestidos futuramente em taxas inferiores à meta atuarial.

Dessa forma, a aquisição direta de títulos públicos com carregamento até o vencimento passa a ser instrumento fundamental de:

- Proteção atuarial;
- Previsibilidade de fluxo financeiro;
- Redução do risco de reinvestimento;
- Alongamento da duration da carteira;
- Compatibilização entre ativos e passivos previdenciários;
- Redução da volatilidade da carteira;
- Captura de taxas reais historicamente elevadas.

Durante o 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, realizado na cidade de Florianópolis nos dias 04, 05 e 06 de março de 2026, o Comitê de Investimentos conheceu a plataforma TRADEMATE da B3, solução operacional voltada à negociação de títulos públicos federais e aderente às exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Segundo o entendimento do Comitê, a plataforma tende a proporcionar:

- Maior transparência nas negociações;
- Segurança operacional;
- Rastreabilidade das operações;
- Padronização dos processos;
- Maior competitividade e justiça na formação de preços;
- Mitigação de riscos operacionais.

O comitê de investimentos ainda discutirá o início do processo de contratação da plataforma, considerando que não haverá custos operacionais até junho de 2027. O Comitê ainda participou de nova apresentação técnica da plataforma, programada para 26/03/2026, ocasião em que foram demonstradas de forma mais detalhada todas as funcionalidades operacionais, fluxos de negociação, integração com custódia e controles exigidos pela regulamentação dos RPPS.

Paralelamente, o instituto dará início aos estudos:

- Ao processo de contratação do custodiante dos títulos públicos federais;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- Ao credenciamento das instituições financeiras habilitadas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para negociação com RPPS;
- À liberação e parametrização de usuários junto às instituições;
- À elaboração do estudo de ALM (Asset Liability Management), visando adequar a carteira de investimentos ao passivo atuarial do regime.

O conjunto das medidas demonstra evolução da governança do RPPS e alinhamento às melhores práticas de gestão previdenciária, especialmente no que se refere à gestão integrada entre ativo e passivo atuarial.

Além disso, a estratégia reforça o posicionamento conservador já identificado nos documentos públicos do ITAPREV, nos quais o Comitê de Investimentos prioriza:

Segurança institucional;
Qualidade operacional;
Aderência regulatória;
Mitigação de riscos;
Previsibilidade de longo prazo;
Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.

Paralelamente a contratação do sistema TRADEMATE, em reunião realizada com os representantes da CAXA ASSET, foi abordado o tema da carteira administrada de títulos públicos federais, com a carteira administrada o RPPS teria a redução da demanda operacional de credenciamento, cotações e registros de diversas instituições e teria contrato com somente a CAIXA econômica para aquisição destes títulos públicos federais, o RPPS somente indicaria o volume e vencimento dos títulos dos títulos federais para aquisição conforme seu ALM, solicitado parecer a consultoria de investimentos LEMA, não houve óbice a contratação do serviço.

O parecer elaborado pela consultoria LEMA conclui que a carteira administrada para negociação exclusiva de Títulos Públicos Federais é juridicamente viável e permitida pela Resolução CMN nº 5.272/2025. A análise destaca que a carteira administrada consiste em modelo no qual o RPPS delega a uma instituição habilitada a gestão operacional dos títulos públicos, dentro de parâmetros previamente definidos em contrato e mandato específico. O parecer ressalta que essa estrutura tende a ser mais adequada para RPPS com grande volume de recursos, necessidade de gestão ativa da curva de juros **ou ausência de estrutura técnica interna suficiente para acompanhamento tempestivo das operações.**

Segundo a consultoria, a principal vantagem da carteira própria está no maior controle direto da estratégia pelo RPPS, especialmente quanto:

à definição dos vencimentos;
ao alinhamento com o fluxo atuarial;
à estratégia de carregamento até o vencimento;
à aderência ao estudo de ALM;
e aos menores custos operacionais.

A análise enfatiza que, para o perfil atual do ITAPREV, não existe diferencial estratégico relevante na adoção de carteira administrada, uma vez que o próprio RPPS pode realizar a aquisição direta dos títulos públicos federais. A eventual vantagem seria apenas operacional, dependendo dos custos apresentados pela instituição administradora.

A LEMA recomenda que, caso o modelo seja adotado, o mandato da carteira seja extremamente objetivo e restritivo, contendo:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Limitação exclusiva a títulos públicos federais;
Definição clara dos títulos permitidos;
Limites de duration ;
Parâmetros de liquidez ;
Política de rebalanceamento;
Metodologia de precificação;
Critérios de risco;
Hipóteses de desenquadramento;
Periodicidade dos relatórios;
Alinhamento obrigatório ao estudo de ALM.

O parecer também estabelece exigências rigorosas para eventual contratação de instituição administradora, exigindo:

Habilitação regulatória;
Classificação prudencial S1 ou S2 pelo Banco Central;
Experiência comprovada em renda fixa soberana;
Estrutura formal de compliance e gestão de riscos;
Segregação entre gestão, administração e custódia;
Profissionais com experiência mínima de 5 anos;
Transparência integral dos custos envolvidos.

Outro ponto relevante do parecer é a necessidade de adaptação da governança do RPPS. A adoção da carteira administrada exigiria:

Alteração prévia da Política de Investimentos;
Aprovação do Conselho Deliberativo;
Mudança do modelo de gestão de “própria” para “mista”;
Fortalecimento dos controles internos;
Supervisão contínua do Comitê de Investimentos;
Consolidação de todas as posições para verificação dos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025.

De forma geral, o parecer fortalece o entendimento de que o ITAPREV vem estruturando uma política de aquisição direta de Títulos Públicos Federais com foco em:

Aderência atuarial;
Carregamento até o vencimento;
Redução do risco de reinvestimento;
Captura das atuais taxas reais elevadas;
Fortalecimento da governança;
e maior previsibilidade de longo prazo para o RPPS.

Na conclusão, a consultoria reafirma que não visualiza diferencial técnico na adoção da carteira administrada, sobretudo porque o RPPS possui capacidade de adquirir os títulos diretamente. Ainda assim, admite que o modelo pode ser viável caso a gestão entenda que ele contribui para melhor operacionalização das compras e maior agilidade na execução da estratégia definida pelo estudo de ALM.

O comitê de investimentos entende que devido a estrutura enxuta do RPPS a carteira administrada pode ser mais viável no momento, o comitê de investimentos aguarda o envio da proposta formal pela Caixa Asset para o serviço da carteira administrada contendo os custos da operação e volumes mínimos de recurso a serem transacionados. O comitê de investimentos recebeu a proposta formal da carteira administrada da Caixa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Economica Federal e encaminhou a consultoria de investimentos para nova análise agora com os valores a serem transacionados e as taxas das operações. Na proposta a Caixa Asset recomenda aplicação mínima de R\$ 50.000.000,00, de recursos que não sejam oriundos dos atuais fundos da caixa e taxa de custódia de 0,0005%. Com esses valores de aplicação não há cobrança de taxa de administração.

1) Letras Financeiras

O tema das Letras Financeiras (LFs) passou a ganhar grande relevância no mercado de RPPS entre 2024 e 2026, principalmente após:

- a limitação regulatória trazida pela Resolução CMN nº 5.272/2025;
- o aumento da busca dos RPPS por ativos de crédito privado de longo prazo;
- e os episódios recentes envolvendo instituições financeiras emissoras de LFs, especialmente o caso do Banco Master.

No cenário geral dos RPPS, as Letras Financeiras passaram a ser vistas como alternativa para:

- aumento da rentabilidade acima da meta atuarial;
- alongamento de carteira;
- captura de spreads elevados sobre CDI/IPCA;
- diversificação em relação aos fundos tradicionais de renda fixa;
- e melhoria do carregamento de longo prazo.

Entretanto, os acontecimentos recentes do mercado aumentaram significativamente a preocupação dos RPPS com:

- risco de crédito bancário;
- concentração excessiva em emissores;
- liquidez reduzida;
- dificuldades de saída antecipada;
- governança dos emissores;
- e risco reputacional para os institutos.

O caso do Banco Master acabou se tornando um marco importante nesse debate. Diversos RPPS possuíam posições relevantes em Letras Financeiras emitidas pelo banco e, após a liquidação extrajudicial da instituição, surgiram preocupações sobre perdas bilionárias em regimes próprios.

Dentro desse contexto, o que o Comitê de Investimentos do ITAPREV sinaliza é uma postura mais cautelosa, técnica e estruturada em relação às Letras Financeiras.

O comitê de investimentos registra oficialmente o:

“Plano de Contingência 01/2025 – Aquisição de Letras Financeiras”, demonstrando que o tema passou a ser tratado formalmente dentro da governança do RPPS, o Comitê passou a adotar algumas premissas importantes:

a aquisição de Letras Financeiras não deve ocorrer de forma oportunista ou puramente baseada em taxa;

é necessário fortalecimento dos controles internos e da análise de risco;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA
ESTADO DE SÃO PAULO

a escolha dos emissores precisa considerar qualidade prudencial e solidez institucional;
operações precisam estar alinhadas ao estudo de ALM e ao passivo atuarial;
a governança operacional deve ser reforçada antes de aumento relevante de exposição.

O posicionamento do Comitê demonstra que as Letras Financeiras vêm sendo tratadas mais como:

instrumento complementar de carteira;
alternativa pontual de carregamento;
e ativo de crédito que exige monitoramento intensivo.

Assim, o que o ITAPREV sinaliza publicamente é uma linha de atuação baseada em:

cautela;
governança;
análise técnica;
controle operacional;
aderência atuarial;
e priorização da segurança institucional antes da busca exclusiva por rentabilidade.

Resumo das aplicações do RPPS em Letras Financeira:

Título	Vencimento	Data Compra	Quantidade	P.U. Compra	P.U. Atual	Marcação	Valor Compra	Valor Atual	Retorno (R\$)
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	16/12/2026	16/02/2022	150	50.000,00	75.179,9779	CURVA (7,23%)	R\$ 7.500.000,00	R\$ 11.276.996,68	3.776.996,68
LF BRADESCO IPCA	17/09/2027	17/09/2025	40	50.000,00	54.909,6585	CURVA (8,33%)	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.196.386,34	196.386,34
LF ITAÚ IPCA	17/12/2027	17/12/2025	100	50.000,00	53.407,1212	CURVA (8,31%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.340.712,12	340.712,12
LF SANTANDER IPCA	08/05/2028	07/05/2024	200	50.000,00	62.280,5129	CURVA (6,29%)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 12.456.102,58	2.456.102,58
LF ITAÚ IPCA	18/12/2028	18/12/2025	60	50.000,00	53.363,7513	CURVA (8,21%)	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.201.825,08	201.825,08
LF SANTANDER IPCA	23/04/2029	23/04/2024	200	50.000,00	62.842,18	CURVA (6,30%)	R\$ 10.000.000,00	R\$ 12.568.436,00	2.568.436,00
LF SANTANDER IPCA	21/05/2029	19/05/2025	160	50.000,00	56.273,198	CURVA (7,52%)	R\$ 8.000.000,00	R\$ 9.003.711,68	1.003.711,68
LF BANCO DAYCOVAL IPCA	02/10/2029	02/10/2024	100	50.000,00	60.999,6428	CURVA (7,10%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 6.099.964,28	1.099.964,28
LF ITAÚ IPCA	17/12/2029	17/12/2025	100	50.000,00	53.325,5207	CURVA (7,95%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.332.552,07	332.552,07
LF SANTANDER IPCA	20/05/2030	19/05/2025	100	50.000,00	56.251,4769	CURVA (7,50%)	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.625.147,69	625.147,69
LF BRADESCO IPCA	20/05/2030	19/05/2025	120	50.000,00	56.464,118	CURVA (7,75%)	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.775.694,16	775.694,16
LF BANCO DAYCOVAL CDI	25/10/2027	24/10/2024	110	50.000,00	60.556,0645	CURVA	R\$ 5.500.000,00	R\$ 6.661.167,09	1.161.167,09
LF BANCO DAYCOVAL CDI	04/02/2030	03/02/2025	100	50.000,00	59.327,0644	CURVA	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.932.706,44	932.706,44
Total Títulos Privados							R\$ 87.000.000,00	R\$ 92.471.402,21	5.471.402,21

Em 18 de maio de 2026 houve o vencimento de uma letra financeira do Banco Santander, onde houve o pagamento normal dos recursos do RPPS e que foram transferidos a conta da CAIXA do RPPS, inicialmente foram aplicados R\$ 10.000.000,00 em 18 de maio de 2023 e três anos depois retornaram aos cofres do RPPS R\$ 13.565.284,28.

Atualmente com a vigência da Resolução Nº5272/2025 e o nível I do Programa de certificação Pró Gestão, este tipo de ativo está momentaneamente vedado ao RPPS até certificação em nível superior ao Programa Pró Gestão.



2) BANCO MASTER

O caso do Banco Master se tornou um dos maiores episódios recentes de risco de crédito envolvendo RPPS no Brasil e passou a influenciar diretamente a forma como os Comitês de Investimentos vêm tratando Letras Financeiras e ativos privados.

O banco ganhou espaço no mercado oferecendo Letras Financeiras com taxas muito superiores às praticadas por bancos tradicionais, direcionando grande parte da captação para RPPS e investidores institucionais. As operações prometiam retornos elevados, muitas vezes acima da meta atuarial dos regimes próprios.

Com o agravamento da situação financeira do banco, investigações da Polícia Federal, CVM e órgãos de controle passaram a apontar:

- possível gestão temerária;
- concentração excessiva de RPPS em ativos do banco;
- fragilidade na análise de risco;
- suspeitas de irregularidades em operações;
- e problemas relacionados à governança e solvência da instituição.

Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, evento que impactou diretamente diversos RPPS expostos às Letras Financeiras do banco.

As investigações passaram a envolver diversos institutos previdenciários do país:

- Rioprevidência;
- Amazonprev;
- RPPS de Cajamar;
- Santo Antônio da Posse;
- Itaguaí;
- Maceió;
- entre outros.

Os principais problemas identificados pelo mercado e pelos órgãos de investigação foram:

- excesso de concentração em um único emissor;
- aquisição de Letras Financeiras subordinadas;
- baixa liquidez;
- dependência de carregamento até vencimento;
- e remuneração considerada incompatível com o nível de risco assumido.

Esse episódio acabou produzindo forte mudança regulatória e comportamental no mercado de RPPS:

- aumento das restrições regulatórias;
- endurecimento da Resolução CMN nº 5.272/2025;
- fortalecimento das exigências de governança;
- migração de vários RPPS para Títulos Públicos Federais;
- e maior preocupação com risco de crédito privado.

No caso específico do ITAPREV, o comitê de investimento sinaliza postura significativamente mais conservadora do que a observada nos RPPS investigados.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Os documentos publicados pelo comitê de investimentos no site do RPPS mostram que, quando o Comitê deliberou sobre Letras Financeiras, a preocupação central foi segurança institucional e qualidade do emissor, e não apenas rentabilidade.

As atas do comitê de investimentos registram que o Comitê deliberou pela aquisição apenas de Letras Financeiras de instituições consideradas sólidas e sistêmicas, especialmente:

Banco Bradesco;
e Banco Santander.

O Comitê justificou essa decisão afirmando que:

são instituições tradicionais e consolidadas;
possuem relevância sistêmica para a economia nacional;
apresentam maior segurança operacional e financeira;
e possuem peso relevante no mercado financeiro e no índice Ibovespa.

As atas ainda demonstram que o Comitê utilizou como fundamento:

diligência prévia;
análise de solidez institucional;
relacionamento já existente com os bancos;
e mitigação do risco de default semelhante ao observado em bancos médios internacionais em 2023.

Outro ponto importante é que há exposição ao Banco Master.

O que o ITAPREV sinaliza nas atas é que:
Letras Financeiras podem continuar sendo utilizadas;
porém de maneira extremamente seletiva;
com preferência por bancos sistêmicos;
alinhadas ao ALM;
com foco em carregamento até vencimento;
e sem assumir riscos excessivos de crédito privado.

Na prática, o Comitê parece ter interpretado o caso Banco Master como um alerta importante para o mercado de RPPS, reforçando a necessidade de:

governança robusta;
diligência técnica;
controle de concentração;
análise profunda de crédito;
e priorização de segurança institucional sobre busca agressiva de rentabilidade.



3) CARE11/HITARCIDES ADVOGADOS E ASSOCIADOS

O CARE11 é um fundo imobiliário híbrido voltado ao segmento “death care”, com investimentos em cemitérios, crematórios, serviços funerários e participações societárias no setor funerário brasileiro. O fundo ficou conhecido no mercado por sua tese bastante específica e pouco tradicional dentro dos FIs.

No mercado, o CARE11 vem atravessando um período bastante delicado entre 2024 e 2026, marcado principalmente por:

- forte desvalorização das cotas;
- baixa liquidez;
- ausência ou redução relevante de dividendos;
- deterioração da confiança dos investidores;
- e aumento do desconto patrimonial (P/VP muito abaixo de 1).

Os dados recentes mostram:

- rentabilidade negativa acumulada em 12 meses;
- cotação negociando com grande deságio;
- deterioração do patrimônio;
- e dificuldade do fundo em recuperar valor de mercado.

O mercado passou a enxergar o CARE11 como um FII de risco elevado, especialmente por:

- tese muito nichada;
- ativos com liquidez reduzida;
- dificuldade de precificação;
- dependência de valorização patrimonial;
- e baixa previsibilidade de distribuição de caixa.

Em comunidades de investidores e análises independentes, o sentimento predominante sobre o fundo é bastante cauteloso. Muitos investidores apontam:

- falta de geração consistente de renda;
- problemas estruturais;
- e perda de confiança na tese de investimento.

Ao mesmo tempo, alguns analistas reconhecem que o setor funerário possui características defensivas e resilientes, já que se trata de atividade essencial e menos dependente do ciclo econômico. Porém, o consenso de mercado é que o problema do CARE11 não está no setor em si, mas:

- na estrutura financeira;
- na execução da estratégia;
- na liquidez;
- e na capacidade de monetização dos ativos.

No caso específico do ITAPREV, o Comitê de Investimentos vem demonstrando nas atas e relatórios uma postura de monitoramento e preocupação crescente com o ativo.

Os documentos do Comitê sinalizam principalmente:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAP. DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

acompanhamento próximo da deterioração do fundo;
preocupação com liquidez;
avaliação sobre impacto no patrimônio do RPPS;
e discussão sobre eventual estratégia de desinvestimento ou redução de exposição.

O Comitê também parece interpretar o CARE11 dentro de um contexto maior de mudança estrutural do mercado de RPPS após:

endurecimento regulatório;
maior foco em governança;
e redução da tolerância a ativos ilíquidos ou de difícil precificação.

Isso ajuda a explicar o movimento recente do ITAPREV de:

priorização de Títulos Públicos Federais;
fortalecimento do ALM;
busca por ativos de carregamento previsível;
redução de riscos estruturais;
e reforço da governança da carteira.

Outro ponto importante é que o cenário atual dos RPPS passou a favorecer:

ativos soberanos;
crédito de alta qualidade;
duration compatível com passivo atuarial;
e previsibilidade de fluxo.

Nesse ambiente, ativos alternativos e mais ilíquidos como o CARE11 passaram a sofrer maior pressão do mercado e maior escrutínio dos Comitês de Investimentos.

O que o Comitê do ITAPREV sinaliza, na prática, é uma postura mais conservadora e pragmática:

reconhecimento das dificuldades do fundo;
cautela quanto ao risco de liquidez;
preocupação com marcação a mercado;
e migração gradual para estratégias consideradas mais aderentes ao novo ambiente regulatório e atuarial dos RPPS.

Na carteira do RPPS desde 2018 a rentabilidade acumulada do fundo até então, projetasse a possível não recuperação do valor total investido, com este cenário, durante a realização do congresso RPPS2026: O que fazer? Realizado em Foz do Iguaçu/PR em fevereiro de 2026, durante a visita ao RPPS de Cascavel nos foi relatado que RPPS do estado do Paraná estariam contratando um escritório de advocacia para representação jurídica em ações contra ao fundo e seus prestadores de serviço e a consultoria de investimentos Credito e Mercado que deu parecer favorável a aplicação e a manutenção do ativo na carteira, mesmo a decisão do investimentos sendo do RPPS, a decisão pelo investimento/manutenção do ativo foi embasado pelos pareceres da consultoria.

Na visita ao IPMC nos foi fornecido o contato do escritório **HITARCIDES ADVOGADOS E ASSOCIADOS** sediado em Recife /BA que está assessorando os RPPS e agendamos reunião com o SR. Matheus representante deste escritório para alinhamento do que pode ser feito judicialmente contra



o fundo e consultoria de investimentos para possível reversão dos valores investidos aos cofres do RPPS.

Alinhado aos trabalhos do escritório os RPPS estão novamente se movimentando para convocação de nova AGC a fim de deliberar pela liquidação do fundo no médio prazo, sendo os ativos do fundo vendidos a valor patrimonial dirimindo assim a rentabilidade negativa acumulada da cota de mercado do fundo. Tanto o escritório quando a consultoria de investimentos LEMA deu parecer favorável a união do RPPS na tentativa de liquidação do fundo para findar a rentabilidade negativa e, a demonstração de diligência dos RPPS perante aos órgão reguladores. Para muitos essa pode ser uma ultima tentativa de reversão de prejuízo antes da venda das cotas a valor de mercado devido ao enquadramento necessário que deve ser feito a na carteira de investimentos até fev/2028 devido a resolução Nº 5272/2025. A tentativa de venda a mercado pode ser mais prejudicial ainda a cotação do fundo devido a pouca negociabilidade do ativo, nos últimos dias de abril/2026 começo de maio/2026 o fundo de previdência de ITAPEVI/SP vendeu suas cotas, levando as cotas a ter desvalorização de 16% em somente um dia, demonstrando assim que o RPPS que optarem pela venda terão um deságio maior do que o de momento e deixando o ativo mais desvalorizado para os cotistas que ainda tem opção de se manter ou também vender suas cotas.

4) Reuniões

Durante o mês de maio o comitê de investimentos participou de reuniões individuais com os agentes do mercado:

Itaú Asset 21/05

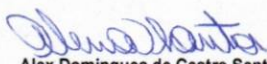
Nesta reunião além da apresentação do resultado dos fundos em carteira, readequação dos ativos da instituição a resolução Nº5272/2025 e opções de novos fundos de investimentos iniciou-se as tratativas sobre carteira administrada.

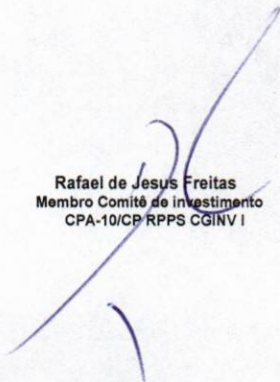
LEMA Consultoria 20/05

Reunião para apresentação do relatório de execução da política de investimentos do ano de 2025 ao comitê de investimentos e aos conselhos

Destaca-se a participação dos membros do Comitê de Investimentos no congresso, acompanhando palestras e debates voltados à gestão dos recursos dos RPPS, análise de mercado e estratégias de investimentos, visando aprimorar a qualificação técnica e subsidiar decisões mais seguras e alinhadas às diretrizes da política de investimentos do instituto.


José Roberto dos Santos
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV II


Alex Domingues de Castro Santos
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CGRPPS/CP RPPS CGINV I


Rafael de Jesus Freitas
Membro Comitê de investimento
CPA-10/CP RPPS CGINV I